



Jornal da UNESP

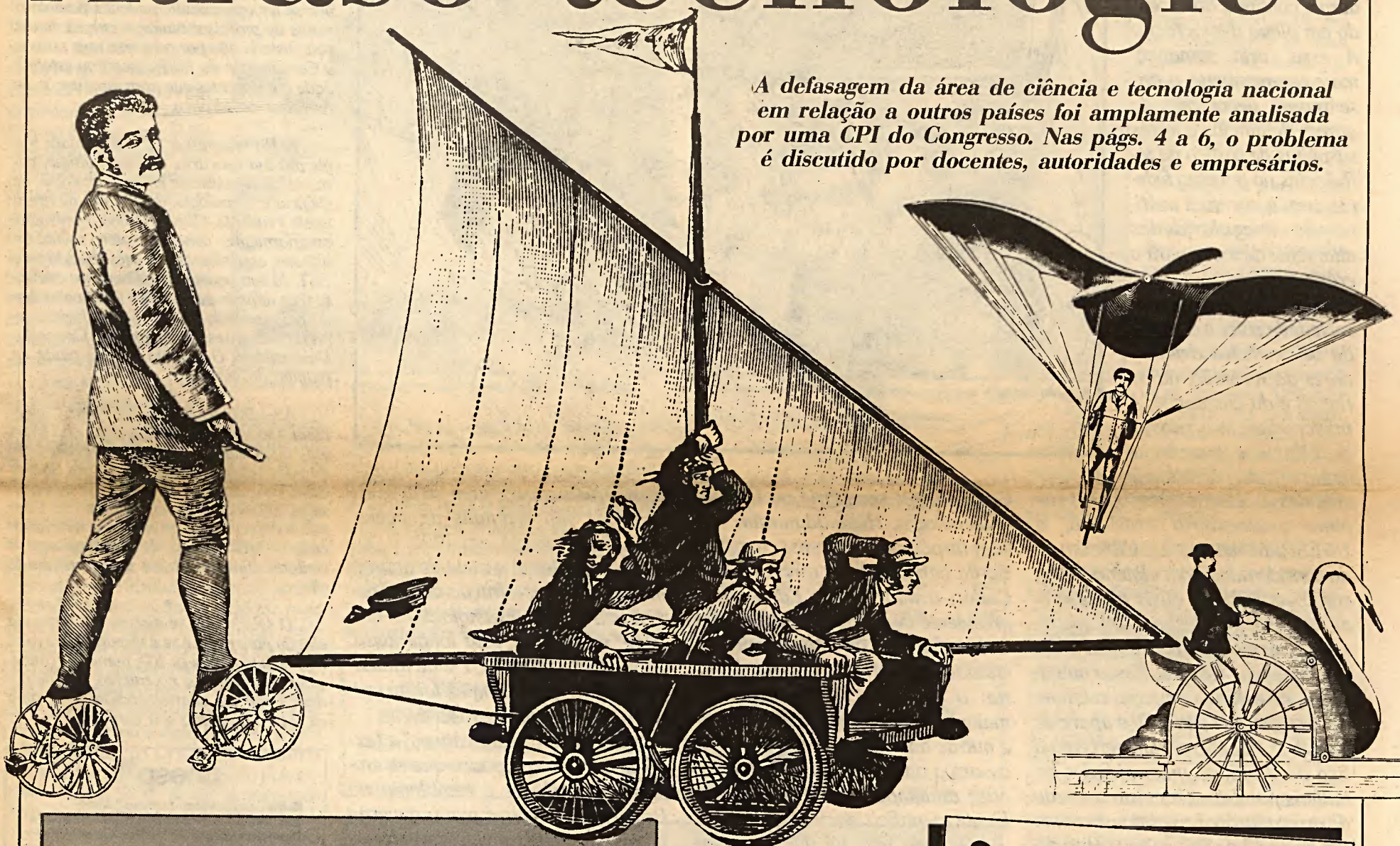
1 9 9 2
Ano da
Avaliação

AGOSTO/92

Universidade Estadual Paulista ANO VIII — Nº 66

Atraso tecnológico

A defasagem da área de ciência e tecnologia nacional em relação a outros países foi amplamente analisada por uma CPI do Congresso. Nas pág. 4 a 6, o problema é discutido por docentes, autoridades e empresários.



Debates iniciam Ano da Avaliação

○ Ano da Avaliação vai ser desencadeado a partir deste mês, com uma série de debates sobre o desempenho da Universidade. As discussões acontecerão no Conselho Universitário, reunido no prédio da Reitoria. No dia 10, às 9h, o pró-reitor de Graduação, Antonio Cesar Perri de Carvalho, apresentará um relatório sobre a situação de seu setor, que será debatido por Celso Beisiegel, pró-reitor de Graduação da USP. Às 14h do mesmo dia, Carlos Ruggiero, pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários, exporá seu relatório, enquanto Warwick Kerr, da U.F. Uberlândia, será o debatedor. No dia 11, às 9h, será a vez de Antonio Manoel dos Santos Silva, pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, abordar as questões de sua área, debatidas em seguida por Flávio Fava de Moraes, diretor científico da Fapesp. O relatório do vice-reitor e pró-reitor de Administração e Desenvolvimento, Arthur Roquete de Macedo, será apresentado no mesmo dia às 14h, tendo como debatedor o reitor da UFSCar, Sebastião Elias Kuri. Finalmente, no dia 12 às 9h, o reitor, Paulo Milton Barbosa Landim, fará sua exposição, discutida por Eduardo Pereira Coelho, presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub).

O perfil de quem faz a Universidade

De idade a faixa salarial, mostramos um panorama sobre nossos docentes e funcionários. Págs. 6 e 7

Casamento e serviço bem combinados

Casais que trabalham juntos na UNESP contam como conciliam profissão e vida conjugal. Pág. 12

Sucessão dará a partida este mês

○ mês de agosto terá passos importantes no processo de sucessão do reitor e vice-reitor. No dia 13, haverá reunião do Colégio Eleitoral para o estabelecimento das normas de elaboração das listas tríplices, e, no dia seguinte, será divulgada a relação de professores titulares que podem participar da eleição. No dia 20 termina o prazo para inclusão de novos professores titulares nesta relação. No dia 21, as Congregações reúnem-se para elaboração das listas tríplices, que serão enviadas até o dia 24 à Secretaria Geral. Os nomes indicados pelas congregações serão divulgados no dia 25 e os que desejam renunciar à candidatura podem fazê-lo até o dia 31.

O que fazer diante da crise

SÍNTESE

O País, de certa forma, já está acostumado a viver em crise. Para não voltar muito no passado, basta lembrar a longa crise decorrente do regime militar e a crise econômica, mais longa ainda, que atravessou a fase da ditadura e continua florescendo em plena democracia. A essa, veio somar-se, mais recentemente, a crise moral, decorrente de graves denúncias e fortes suspeitas de tráfico de influências no governo federal, com a eventual prática de irregularidades altamente danosas para o erário público.

Desse modo, toda a sociedade sofre e é atingida pelos efeitos devastadores da recessão, da inflação e da corrupção. A universidade e o sistema de ciência e tecnologia, naturalmente, não estão livres desses efeitos danosos. No sistema universitário brasileiro, a UNESP, a Unicamp e a USP têm sido consideradas, com alguma razão, como verdadeiros oásis no deserto de verbas e perspectivas em que vivem as demais universidades, principalmente as federais. Essa comparação, no entanto, é apenas relativa, e a suposta boa situação é aparente e ilusória. Recebendo um percentual fixo do ICMS, as universidades estaduais paulistas têm visto a queda de arrecadação desse imposto como um empecilho sério ao seu pleno desenvolvimento.

Na área de ciência e tecnologia, o "contingenciamento" de verbas federais tem gerado a suspensão de inúmeros projetos, muitos até com financiamento já aprovado. Além do mais, há uma enorme incerteza a respeito da concessão de bolsas de estudos e pesquisa. Sabendo-se que, no Brasil, os recursos para ciência e tecnologia vêm, em grande parte, do governo, bem se pode aquilatar o que isso representa, em atraso, para o nosso desenvolvimento científico e tecnológico.

Sob esse cenário, desenrolou-se a 44ª Reunião Anual da SBPC em São Paulo. Às vésperas do congresso, o presidente da SBPC, Ennio

Candotti, e o secretário da Ciência e Tecnologia, Hélio Jaguaribe, trocam farpas pela imprensa; a diretoria da entidade pede a renúncia de Collor; o ministro da Educação e presidente de honra da SBPC, José Goldemberg, recorre ao conselho da entidade contra a decisão da diretoria; o conselho, por esmagadora maioria, apóia a diretoria; ministros e outras autoridades federais se recusam a participar da reunião. É a crise atingindo agudamente o ambiente científico nacional.

De tudo isso, há que se salientar, e louvar, o fato de que a democracia, em nosso País, veio para ficar. As instituições funcionam dentro da lei e da ordem; o direito à crítica é assegurado, sem censuras; e a Constituição é preservada e respeitada. Esse é o caminho certo e seguro para a solução de nossos problemas, incluindo-se a apuração objetiva das acusações de irregularidades e a punição exemplar dos culpados, sejam eles quem forem. É também o caminho para que, mantido o combate à inflação, o País possa sair da recessão extrema e investir mais em educação, ciência e tecnologia.

É claro que isso não é fácil de fazer, dada a complexidade do pro-

blema. Nessa área, nem sempre as intenções são seguidas de ações. Basta lembrar que, em 1990, o governo estabeleceu a meta de dobrar, em quatro anos, a fração do PIB dedicada à ciência e tecnologia. O que se vê, no entanto, está longe disso. Os recursos do FNDCT e de fomento do CNPq, por exemplo, foram cortados, de entrada, em 45%.

Não faltam "justificativas" e "explicações" para o pouco que se emprega em ciência e tecnologia no Brasil. Uma delas é que o governo brasileiro empregaria, em termos percentuais, praticamente o mesmo que o governo da Coreia. Acontece que, lá, o total de investimentos atinge 2% do PIB, contra menos de 1% no Brasil. É que, na Coreia, mais de 70% dos investimentos são feitos pelas empresas e indústrias, enquanto que, no Brasil, mais de 90% são feitos pelo governo. Por isso, o governo brasileiro precisa ter uma atuação mais firme no setor, pelo menos até que as nossas indústrias se conscientizem da necessidade e importância de investirem em pesquisas. Para tanto, faz-se necessária a integração entre a universidade e a empresa e, ao mesmo tempo, uma urgente avaliação da própria universidade.

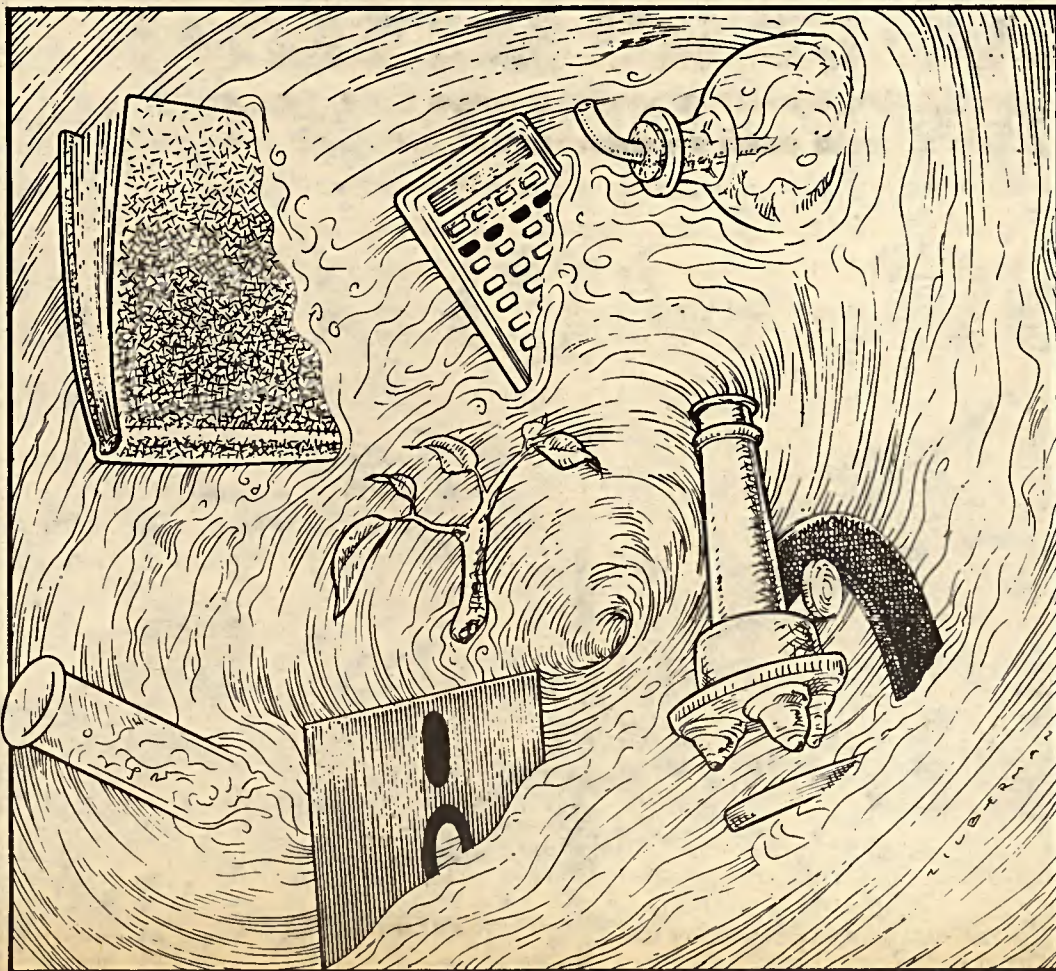


Ilustração: Paulo Zilberman

APESAR de as congregações virem a elaborar suas listas tríplices somente no dia 21 deste mês, três nomes já se colocaram como candidatos ao cargo de reitor da Universidade: Antonio Cesar Perri de Carvalho, atual pró-reitor de Graduação, Arthur Roquete de Macedo, atual vice-reitor e pró-reitor de Administração e Desenvolvimento, e o ex-reitor Jorge Nagle.

OS TRÊS já estão em campanha, mas a confirmação da condição de candidato do professor Jorge Nagle ainda depende do Conselho Universitário. É que o ex-reitor, por se ter aposentado, pode ter perdido o status de professor-titular, o que ele havia conquistado não por concurso mas porque a Constituição de 1967 assegurou estabilidade aos docentes que exerciam função de professor catedrático.

PARA reingressar na Universidade Nagle prestou concurso, em maio último, para professor-assistente junto à Faculdade de Ciência e Tecnologia, do câmpus de Presidente Prudente. Como ele havia prestado, anteriormente, concurso para professor-adjunto, essa situação foi reconhecida pela FCT. Já seu pedido de aditamento contratual de adjunto para titular foi encaminhado pela unidade ao reitor, que decidiu remeter a questão para o Conselho Universitário. O assunto está na pauta da reunião do dia 13.

AS LISTAS tríplices de reitor e vice-reitor são independentes mas já está acertada a dobradinha entre os professores Arthur Macedo e Antonio Manoel dos Santos Silva, pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa. A Adunesp havia apresentado no Conselho Universitário proposta — não aprovada — no sentido de que o processo eleitoral contemplasse a apresentação de chapas.

O QUE mais se discute em torno da eleição para reitor é se a disputa ficará mesmo somente entre os três nomes já conhecidos. Há rumores, no entanto, de que poderá surgir um quarto candidato — e uma de suas estratégias é a surpresa.

unesp

Reitor: Paulo Milton Borboso Landim
Vice-reitor e pró-reitor de Administração e Desenvolvimento: Arthur Roquete de Macedo
Pró-reitor de Graduação: Antonio Cesar Perri de Carvalho
Pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa: Antonio Manoel dos Santos Silva
Pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários: Carlos Ruggiero

Jornal da UNESP

Editor Responsável: José Roberto Ferreira
Editor: André Louzos
Redação: Denise Pellegrini, Emi Shimmo, Marcelo Burgos e Tônia Belickos
Colaborou: Kátia Saisi
Revisão: Francisco M. Laureço e Rinaldo Milesi
Editor de Arte: Celso Pupo
Diagramação: Celso Rodrigues (colaborador)
Secretário de Redação: Viviane Fernandez
Produção: José Luiz Redini
Tiragem: 22.500 exemplares

Este jornal, órgão do Reitorio da UNESP, é elaborado mensalmente pelo Assessorio de Comunicação e Imprensa.
A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citada a fonte.
Endereço: Rua do Corno, 44, 5º andar, CEP 01019, São Paulo, SP, Telefone 37-4479
Composição, fotolito e impressão: Imprensa Oficial do Estado S.A. — IMESP

Cada vez mais longe da modernidade

A pesar das promessas de conduzir o País rumo à modernidade, feitas pelo presidente Fernando Collor de Mello, ao assumir seu cargo em março de 1990, caminhamos a passos largos em direção contrária. O Brasil não possui o passaporte exigido para ingressar no Primeiro Mundo — tecnologia — e a crise atual nos deixa mais distantes do bonde da história. Em meio às dificuldades vividas pelo setor de pesquisa, o secretário da Ciência e Tecnologia, Hélio Jaguaribe, troca farpas com o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ennio Candotti. Porém, apesar dos ânimos exaltados, algumas análises e propostas significativas estão se esboçando entre parlamentares, a comunidade científica e setores da sociedade civil.

Para investigar as causas e dimensões do atraso tecnológico no processo produtivo brasileiro, nos centros de pesquisa e instituições voltadas à ciência e tecnologia, foi criada em abril de 1991 uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI). Formada por quinze deputados, quinze senadores, a comissão colheu depoimentos de economistas, empresários de diversos setores produtivos e representantes de instituições científicas e financiadoras de projetos de pesquisa (veja quadro nesta página). O trabalho, pioneiro na história do País, foi concluído em outubro passado e aprovado pelo Congresso Nacional, em maio último. “É imprescindível saber por que o país patina sobre seus próprios pés”, declara a deputada Irma Passoni (PT), relatora da CPI, que foi presidida pelo senador Mário Covas (PSDB) (leia entrevista na pág. 5). O “dossiê” dessa comissão traz à tona revelações importantes e propõe soluções a médio e longo prazos para uma série de problemas que afligem a Nação.

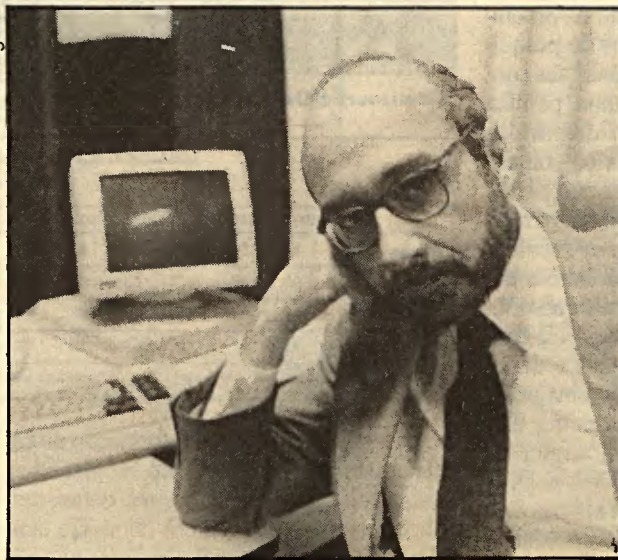
PRESEÇA DO ESTADO

O atraso tecnológico brasileiro observado hoje, segundo concluiu a CPI, é reflexo de políticas governamentais equivocadas que se sucederam especialmente a partir da década de 60, aliadas às turbulências da economia mundial. No modelo de desenvolvimento proposto pelo governo, entre os anos 60 e 70, a industrialização estava a cargo de empresas nacionais e estrangeiras, ambas dependentes de tecnologia do Exterior. Na época, os investimentos internacionais tiveram liberdade para entrar no Brasil e eram subsidiados pelo Estado. “As multinacionais estabeleceram-se nos países subdesenvolvidos a fim de obter ganhos. Nunca houve intenção de se criar tecnologia local”, observa João Furtado, do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras, câmpus de Araraquara, um dos assessores da CPMI.

A CPI que analisou o atraso tecnológico brasileiro constatou que a área de ciência e tecnologia está se desmantelando, devido à política do governo. Aqui, autoridades, empresários e pesquisadores discutem os problemas e apontam saídas possíveis



Candotti: em 91, pesquisa recebeu apenas US\$ 400 milhões



Feldmann: com importação liberada, empresa dispensa pesquisador

graças a fortes subsídios estatais. “No Brasil quase a totalidade dos investimentos em Ciência e Tecnologia é feita pelo Estado, enquanto que, nos países desenvolvidos, a maior parcela cabe às empresas privadas”, conta Furtado.

Essa infra-estrutura construída pelo Estado, segundo constatou a CPI, vem se desmantelando em ritmo acelerado desde fins de 70, devido a falta de recursos — em especial, na esfera federal. Mais recentemente a situação se agravou com a política de importação e privatização do governo Collor. “Nos últimos anos desmontou-se o que era moderno na área de pesquisa no País”, diz Ennio Candotti, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). De acordo com Candotti, em 89, último ano do governo Sarney, foram investidos US\$ 800 milhões de US\$ 1,05 bilhão

que o orçamento destinava à Ciência e Tecnologia. “Collor aplicou somente US\$ 400 milhões no ano passado”, compara. A redução deixou institutos e órgãos de pesquisa em estado de calamidade.

PRODUÇÃO REDUZIDA

A crise financeira chegou, por exemplo, à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O Centro Nacional de Pesquisa de Recursos Genéticos e Biotecnologia (Cenargen), que a ela está ligada, vem operando com apenas 40% de sua capacidade, o que reduz pela metade a possibilidade de pesquisas na área de engenharia genética. Vale lembrar que 25% das sementes utilizadas na agricultura brasileira, em 1990, saíram dos laboratórios e campos de pesquisa da Embrapa. No Instituto Vital Brasil, a situação de penúria não é diferente. Com capacidade de produção de 480 milhões de comprimidos por ano, o instituto, que já foi o maior laboratório público de medicamentos do Brasil, produz hoje apenas 10% desse volume.

“A política econômica recessiva do governo federal afeta a rede científica e tecnológica brasileira de maneira burra”, declara o secretário da Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, Luiz Delben Leite. O secretário defende a priorização da pesquisa, exemplo do que faz o Estado de São Paulo, onde as três universidades estaduais — Unesp, Unicamp e USP — respondem por 50% da produção científica brasileira. “Pesquisa nas contas de São Paulo é investimento”, diz. O secretário nacional da Ciência e Tecnologia, Hélio Jaguaribe, reconhece a difícil situação das instituições de pesquisa. “O País está passando por uma crise e precisamos apertar o cinto”, argumenta ele. “A área de pesquisa tem sofrido dificuldades financeiras tanto quanto os outros setores públicos e privados.” Este ano, devido a reces-

No Brasil, a geração de inovações tecnológicas sempre coube às instituições estatais — federais e estaduais —, que a partir da década de 20 construíram a infra-estrutura existente no setor. O investimento estatal foi responsável pela criação de centros de pesquisa, como o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o Instituto Vital Brasil.

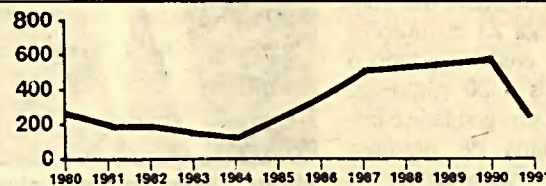
Raras vezes as empresas privadas investiram em pesquisa no País e, se o fizeram, foi

Onde as empresas investem mais (% do PIB)			
País	Iniciativa Privada	Governo	Total
Japão	2,33	0,58	2,91
Alemanha	1,87	0,96	2,83
EUA	1,48	1,44	2,90
Coréia	1,44	0,34	1,78
Inglaterra	1,40	0,80	2,20
França	1,15	1,14	2,29
Canadá	0,76	0,59	1,35
Itália	0,59	0,64	1,23
Brasil	0,6	0,74	0,80

Fonte: Rhône - Poulenc

OS RECURSOS BRASILEIROS PARA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (EM MILHÕES DE DÓLARES)

Fonte: Globo Ciência



Como a comissão atuou

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que se voltou para a análise do atraso tecnológico funcionou de abril a outubro do ano passado. Para realizar seu trabalho, o grupo obedeceu algumas diretrizes metodológicas, entre as quais estão:

- Identificou áreas de conhecimento significativas para o avanço técnico-científico: no caso, a biotecnologia, informática e comunicações, novos materiais, química fina e ecologia.
- Definiu setores econômicos que seriam dinamizadores do desenvolvimento científico e tecnológico: indústria de base, indústria aeroespacial, naval e bélica, indústria petroquímica, agricultura,

complexo eletroeletrônico e setor de serviços.

- Escolheu e analisou depoimentos com representantes de setores econômicos-chaves (a indústria automobilística, por exemplo), definidos de acordo com sua expressão econômica atual e potencial.
- Avaliou experiências governamentais do passado, identificando suas falhas e acertos.
- Produziu o relatório final, onde se expuseram a situação de cada setor e propostas para soluções dos problemas, assim como sugestões para uma nova organização da área de ciência e tecnologia no Brasil, através de políticas gerais definidas.

são, dos 0,8% do PIB previstos no orçamento para Ciência e Tecnologia, somente 0,6% serão aplicados. De acordo com o diretor de Planejamento da Secretaria da Ciência e Tecnologia, Hélio Barros, não há solução imediata para a questão. "Tentaremos aumentar o índice de investimento no setor, no orçamento de 93", assinala. "Temos consciência da situação, muito antes dos trabalhos da CPI", acrescenta.

INFORMÁTICA EM CRISE

Atraso tecnológico, falta de qualidade e competitividade dos produtos nacionais, gastos com importação de bens e produtos desenvolvidos no Exterior, êxodo de pesquisadores brasileiros para centros de pesquisa do Primeiro Mundo são algumas das consequências da ausência de uma política governamental direcionada ao desenvolvimento integrado do País. Para os componentes da CPI, o governo ainda não percebeu a importância da tecnologia para o progresso brasileiro. "Quem tiver tecnologia vai dominar o mundo nas próximas décadas", declara a deputada Irma Passoni.

Um dos setores mais afetados pela contradição política governamental é o de informática. "O Brasil possui a sexta maior indústria de informática — e a única que não funciona", diz Paulo Feldmann, diretor de informática do Banespa. Para ele a política nacional de informática vigente até o governo Collor teve acertos e erros. "Porém, o grande equívoco foi a recente liberação das importações. Com isso o governo simplesmente abortou o processo de desenvolvimento de uma tecnologia nacional no setor", comenta. Em consequência disso, organizações como Elebra, Sid Informática e Edisa dispensaram seus pesquisadores e não investem mais em pesquisa. "As empresas vão se transformar em distribuidores de produtos estrangeiros", declara. Para ele, a informática no País não apresenta nenhuma perspectiva de melhora a curto prazo.

O complexo agroindustrial, que representa 40% do PIB nacional, 48% do valor das exportações e 68% das despesas das famílias brasileiras, deixa a desejar, de acordo com Ney de Araújo Bittencourt, presidente da Agrocere. "A maioria das empresas apresenta defasagem nos métodos de gerenciamento, automação e uso da informática, o que se reflete na baixa produtividade, pouca qualidade e alto custo", diz. O superintendente do Serviço de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas (Sebrae), Irany Cavagnoli, concorda com Bittencourt. Segundo ele, existem hoje no País cerca de 3 milhões de micro, pequenas e médias empresas de todos os setores, o que corresponde a 60% da mão-de-obra empregada e 40% da massa salarial. Entretanto, devido à crise e aos "pacotes" que desestabilizam a economia, uma média de 80% dessas empresas fecham suas portas no primeiro ano de vida. "O governo precisa tomar consciência da importância dessas empresas e apoiá-las, inclusive no aspecto tecnológico", declara.

A LONGO PRAZO

A CPI do atraso tecnológico não só levantou problemas mas também propôs algumas medidas para reverter o quadro atual. Entre elas está a elaboração de uma macropolítica nacional que priorize o desenvolvimento científico-tecnológico, vinculando todas as políticas governamentais (como a educacional, a agrícola e a industrial). Ou-



Bittencourt e Delben Leite: investimento em pesquisa produz resultados

Gastos oficiais com Ciência e Tecnologia (em milhões de dólares)																
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Bolsas	34	37	54	52	48	60	67	126	186	225	224	199	209	238	248	257
CNPq	59	55	48	47	46	64	87	77	75	48	59	17	31	71	119	184
FNDCT	169	113	104	81	41	46	91	73	85	68	48	21	48	54	63	81
Finep	22	16	17	8	5	12	13	11	10	194	9	19	98	189	371	525

Valores não incluem despesas com pessoal

(*) Previsão de investimentos do governo Collor

Fonte: Secretaria da Ciência e Tecnologia

tra sugestão importante é a formação de câmaras setoriais, onde governo, empresários, pesquisadores e trabalhadores definissem iniciativas para cada área. A comissão também considerou essencial a aproximação entre o meio acadêmico e o empresarial.

A última sugestão, aliás, vem sendo colocada em prática com sucesso, há cerca de cinco anos, por algumas universidades e empresas privadas. Os resultados positivos dessa iniciativa contribuíram para a criação, no início deste ano, do Uniemp — Instituto Universidade-Empresa, que congrega 23 instituições de ensino de todo o País e 20 empresas. "A universidade e institutos de pesquisa são fundamentais na

definição e implementação de qualquer política com vistas a superar o atraso tecnológico nacional", declara o presidente do Uniemp, Edson Vaz Musa, que também preside a Rhodia. Para ele, o desenvolvimento científico e tecnológico deve estar vinculado às necessidades do País e não se pode admitir que empre-

sa e institutos de pesquisa atuem de forma desarticulada (veja quadro nesta página).

Os resultados dessa interação têm sido incontestáveis: aumento de produtividade, a menor custo, com melhor qualidade. Para Luciano Vilela, superintendente de pesquisas e desenvolvimento da Biobrás, quarta maior empresa produtora de insulina do mundo, o



Musa: colaboração com universidade

A integração necessária

A importância da integração universidade-empresa na redução do atraso tecnológico nacional foi amplamente discutida nos dias 16 e 17 de julho passado, durante a 44ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em São Paulo. Na ocasião, representantes de setores produtivos e universidades estiveram presentes aos workshops sobre o tema.

O primeiro debate, mediado por Ney de Araújo Bittencourt, presidente da Agrocere, contou com a presença do secretário da Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, Luiz Carlos Delben Leite, e Edson Vaz Musa, presidente do Instituto Universidade-Empresa, que avaliaram os benefícios desse projeto do ponto de vista empresarial. Por sua vez,

o segundo workshop, mediado pelo vice-reitor da UNESP, Arthur Roquete de Macedo, enfocou, principalmente, os reflexos dessa convivência para a universidade. "As universidades tornam-se mais dinâmicas a par das reais necessidades do mercado", declarou Antônio Rissato, presidente da Fundapet — Fundação Privada para Desenvolvimento do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul. Para Carlos Dias, da Universidade Federal do Pará, a integração permite a atualização do corpo docente e a adaptação de currículos, além de proporcionar às instituições de ensino verbas extras. "Esse é, sem dúvida, um dos caminhos que podem levar ao desenvolvimento do País", conclui Arthur Macedo.

(E.S.)

intercâmbio entre a empresa e institutos de pesquisa é fundamental. "Sem essa cooperação seria impossível a Biobrás manter sua competitividade e qualidade no mercado internacional", declara. A Biobrás fatura cerca de 25 milhões de dólares por ano e investe entre 7 e 10% do valor em pesquisa, feita em conjunto com universidades do País e do Exterior.

O empresário Ney Bittencourt, da Agrocere, também coloca em primeiro plano os projetos que sua empresa promove com instituições de pesquisa. "Atualmente, a Agrocere está desenvolvendo junto à USP e Unicamp um trabalho com o objetivo de criar sementes de milho mais tolerantes à seca, através de biotecnologia", relata. Para o presidente do Instituto de Economia de Campinas, José Rubens Dória Porto, que também participou da CPI, nada mais racional que o intercâmbio universidade-empresa, em especial, no campo da agricultura. "De nada adianta trazer soluções importadas a problemas próprios do clima tropical", explica. Para auxiliar empresários de setores diversos, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), assim como o Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), mantém intercâmbios com centros de pesquisa nacionais e até mesmo internacionais. "Tecnologia é essencial nos dias de hoje", conclui Milly Teperman, diretor do Departamento de Tecnologia da Fiesp.

INVESTIR NA EDUCAÇÃO

A integração entre setores produtivos e instituições de pesquisa apresenta, sem dúvida, bons resultados, mas não é o suficiente, conforme concluiu a CPI. "É preciso investir na educação básica, profissionalizante e na qualificação de recursos humanos em todos os níveis", declara Linaldo Cavalcanti, ex-presidente do CNPq, lembrando que o Japão, Coreia do Sul e Taiwan só conseguiram atingir seu atual estágio de desenvolvimento devido a investimento maciço em educação. "Funcionários sem formação são incapazes de manipular máquinas modernas e lidar com tecnologias avançadas. É impossível falar de controle estatístico com um operário que não conhece matemática", avalia Abraham Kazinsky, presidente da Cofap — Companhia Fabricadora de Peças.

O sistema de ensino brasileiro foi duramente criticado pelos membros da CPI. Segundo o relatório, o ensino em todos os níveis é genérico e privilegia a racionalização em detrimento da experimentação. "A deficiente formação profissional deve ser contornada para garantir mão-de-obra de qualidade que proporcione o desenvolvimento tecnológico ao País", declara Linaldo Cavalcanti.

Agora, o que se espera é que os valiosos dados e conclusões da CPI do atraso tecnológico não caiam no esquecimento. Seu trabalho deve servir para desencadear um diálogo entre todos os setores da sociedade, a fim de se traçarem diretrizes que sejam as mais adequadas ao desenvolvimento nacional. Para João Furtado, economista e professor da Unesp, apenas dessa forma o Brasil encontrará seu caminho. "Não se trata de correr de forma desenfreada atrás da tecnologia gerada em outros países", analisa ele. "Precisamos descobrir nosso potencial e apostar nele."

Emi Shimma



“Governo não quer desenvolvimento”

Para deputada, política atual aumenta atraso tecnológico

Deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores, Irma Passoni está na linha de frente dos debates sobre ciência e tecnologia no Congresso Nacional. Ela foi a relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito — formada por deputados e senadores — que analisou o atraso tecnológico brasileiro. Hoje, Passoni ocupa o cargo de presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara. Nesta entrevista, a parlamentar apresenta algumas das principais conclusões da CPI e discute suas sugestões para a crise vivida pelo País nesse setor.

Trabalhos da comissão

“A CPI sobre o atraso tecnológico marcou uma nova postura do Parlamento, porque, normalmente, as CPIs tratam de problemas como corrupção. No nosso caso, foi uma tentativa ousada de se fazer uma análise da situação atual no setor e, ao mesmo tempo, pensar uma proposta de caminho alternativo para o Brasil. Nós começamos os trabalhos em abril do ano passado e terminamos nossas atividades em outubro. Então, passei a fazer o relatório, que entreguei em abril deste ano e foi aprovado pelo Congresso em maio passado. Nossa preocupação foi compreender o nível de desenvolvimento da indústria brasileira e as condições do sistema de inovação científica e tecnológica no Brasil. Para isso, levantamos o quadro de alguns setores que achamos fundamentais, como a indústria eletrônica — na qual incluímos a informática —, a indústria de base e o setor aeroespacial. Também analisamos alguns campos do conhecimento que hoje têm grande influência sobre o desenvolvimento técnico-científico, como a biotecnologia, a informática e a ecologia. Tivemos a preocupação de colher depoimentos de pessoas com vários pontos de vista sobre um assunto. Por exemplo, para analisar um setor industrial, ouvíamos as opiniões de um empresário e também de um líder sindical, depois falávamos com uma instituição que representa o governo e uma universidade ou instituição de fomento. Assim, levantamos uma grande massa de informações sobre os problemas do País em vários campos.”

Recursos não aplicados

“Uma das conclusões a que chegamos é de que a atual política governamental não quer o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro. No plano plurianual do governo Collor coloca-se a ciência e a tecnologia como prioridade e, por isso, nós no Congresso conseguimos aprovar recursos muito significativos para o setor. Porém, durante anos seguidos o que acontece é que o governo não libera os recursos. No primeiro semestre de 92, por exemplo, foram gastos apenas cerca de 60% do que estava previsto para ciência e tecnologia. Ao mesmo tempo não se fiscaliza a aplicação adequada desse dinheiro. Isso nos leva a concluir que, da mesma forma que o governo Sarney, o governo Collor é subserviente a inte-

resses internacionais. E por quê? O mundo está no limiar de uma grande transformação, que não é mais a revolução industrial. Essa revolução é provocada pelo conhecimento, pela ciência. Hoje, quem detém o saber comanda as grandes mudanças mundiais e é por esse motivo que as leis que regulam a ‘propriedade intelectual’, como alguns chamam, são tão importantes e complexas. Alguns países já tomaram consciência do significado desse fenômeno e assumiram a sua dianteira. Agora, eles querem manter o Terceiro Mundo como um simples mercado cativo para os produtos das novas tecnologias. Um dos recursos para isso é impor aos países não desenvolvidos leis que garantam os interesses dos mais ricos. De uns tempos para cá, o Brasil recebeu a visita, entre outros, do vice-presidente norte-americano Dan Quayle e da Ana Maria Jull, funcionária do FMI. Eles deixaram claro que querem ver aprovada aqui uma lei de patentes que dê garantia aos produtos norte-americanos na área de fármacos. Nós, porém, temos que defender o nosso interesse. Aliás, já propusemos na Câmara que não haja patenteamento imediato nos setores de fármacos e biotecnologia. Somos também contra a política do atual governo de abertura linear do mercado brasileiro às importações. Algumas áreas deveriam continuar protegidas, para que as instituições nacionais se desenvolvessem.”

Educação desarticulada

“Outra conclusão que os depoimentos colhidos pela CPI demonstram é a desarti-

culação total no sistema de pesquisa em nível nacional. Temos institutos ligados à Secretaria da Ciência e Tecnologia, temos as pesquisas da área do Ministério da Educação e várias atividades no campo dos ministérios militares. Mas nada disso possui uma coordenação. Não é o caso de unificar tudo o que existe, mas precisa haver uma diretriz para o que está em andamento. De qualquer forma, há exemplos mais animadores em nível nacional. Muitos Estados já possuem Secretarias da Ciência e Tecnologia atuantes e também existem várias Constituições estaduais que consagram porcentagens orçamentárias para atividades científicas e tecnológicas. São Paulo, apenas para citar um caso, respeita essa porcentagem, e alguns municípios, como Vitória, no Espírito Santo, também estão tendo preocupação sobre o assunto.”

Sem uma visão ampla

“Verificamos também que a formação dos profissionais brasileiros é excessivamente especializada. As pessoas não têm um preparo para o trabalho em equipe, de maneira que possam perceber o que está à sua volta. Por outro lado, as empresas não possuem canais para que os trabalhadores, do engenheiro ao operário, possam dar contribuições ao sistema produtivo. Então, as pessoas se acomodam nas suas funções, o que contribui para tornar o conjunto do serviço mais desatualizado e pouco produtivo.

Mas, em certas áreas, essa situação está começando a mudar. Empresas como a Editora Abril já adotam os chamados pro-

gramas de qualidade, que fazem com que os funcionários assumam responsabilidade na produção como um todo.”

Educação e pesquisa

“Nossa educação está desmontada. Ela não empolga, porque os alunos não vêem utilidade naquilo que aprendem. É uma educação vazia, voltada para o não conhecer e o não fazer. E há o problema da linguagem, que simplesmente não é compreendida pelas pessoas. O professor da periferia não fala a linguagem do aluno e, de maneira geral, os leitores não entendem a linguagem do jornal. O ensino está defasado, desestruturado e distante da pesquisa. E, da mesma forma que está longe do ensino, a pesquisa não se liga ao mercado. Temos coisas belíssimas nas instituições científicas que não são postas em prática. O Centro de Pesquisas da Telebrás, por exemplo, já produziu um aparelho que acopla telefone, fax e televisão a um computador. Isso é novidade em nível internacional. No entanto, não houve investimento de órgãos governamentais como a Finep, para que esse aparelho fosse produzido em larga escala. Ao mesmo tempo, é preciso que haja uma integração maior entre a universidade e a indústria, sem, é claro, que a universidade se submeta a interesses particulares.”

Propostas para o País

“Sou presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados e hoje estamos tentando dar continuidade à discussão de algumas propostas básicas feitas pela CPI do atraso tecnológico. Estamos definindo um plano nacional para ciência, tecnologia e desenvolvimento, com o objetivo de viabilizar questões essenciais, como a garantia dos recursos necessários à pesquisa e a organização de uma carreira para o pesquisador. Propusemos a criação de um conselho nacional de integração do desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico. Esse conselho seria formado por ministros, secretários de Estado e membros de instituições de ensino e pesquisa, além de representantes dos vários setores. Ele teria como função estabelecer macropolíticas nacionais, associadas à política de ciência e tecnologia. Por exemplo, poderia definir que o País tem uma vocação agrícola e se deveria dar prioridade nacional a esse setor. Temos até propostas de mudanças constitucionais para o ano que vem, como eliminar a proibição à contratação de estrangeiros. Estamos também acompanhando as discussões para estabelecimento de novas normas na área de *software*, a fim de proteger produtores nacionais. Buscamos ainda incentivar os parques de tecnologia, que reúnem universidades e empresas e já deram bons resultados em cidades como Campinas e São Carlos. Da mesma forma, é preciso estimular as incubadoras tecnológicas como a que a USP montou recentemente, para a criação de novas empresas.



Marcia Minillo

Irma: relatora de um amplo estudo sobre a situação do País

Conheça melhor quem trabalha na UNESP

O Jornal da UNESP apresenta um perfil dos funcionários e professores da Universidade, com dados como faixas salariais, idade, estado civil, local de trabalho e escolaridade

Uma pequena cidade, com cerca de 31 mil habitantes. Assim poderia ser descrita a UNESP, hoje, com uma população 1/3 maior que a do subdistrito de Ilha Solteira, onde se localiza um de seus campi. São mais de 20 mil alunos de graduação e pós-graduação, além de 7.704 funcionários e 3.624 docentes. Esses números, porém, podem significar muito pouco para cada membro da comunidade, acostumado a conviver apenas com uma parte desse contingente. Poucos são os que conhecem os quinze campi da Universidade, com suas 24 unidades, além da Reitoria. Mas, onde estão e qual o perfil de professores e funcionários da UNESP que, ao contrário dos alunos, permanecem por longos períodos na Universidade? O **Jornal da UNESP** traz alguns dados que poderão ajudar a responder essas perguntas, como a divisão de servidores e professores por campi, estado civil, faixa etária, faixa salarial, sexo e nível de escolaridade e titulação.

O maior número de funcionários e docentes está em Botucatu. Os servidores técnico-administrativos, incluindo-se as quatro unidades universitárias e a administração geral, somam 2.633 pessoas e os docentes chegam a 614. Igualando-se ao campus de Araraquara com relação ao número de unidades, Botucatu tem três vezes mais funcionários. E a principal razão para esse fato é que ali está instalado o Hospital das Clínicas, ligado à Faculdade de Medicina que, sozinho, soma 1.244 servidores. São Paulo, ao contrário, é o campi que concentra o menor número de docentes e servidores. O Instituto de Artes funciona com sessenta professores e 75 funcionários.

HOMENS E MULHERES

Equilibrada. Assim está a Universidade quanto ao sexo de seus servidores. São 3.645 homens, ou 49,23%, contra 3.759 mulheres, ou 50,77%. Para o professor Cândido Giraldez Vieitez, sociólogo e hoje diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) de Marília, esse dado é significativo.

"Normalmente, o mercado de trabalho possui bem mais homens que mulheres", constata. Para Vieitez, tal proporção espelha uma crise da sociedade. Ele lembra que, a partir dos anos 70, houve uma grande necessidade de que as mulheres fossem trabalhar fora, em virtude do achatamento dos salários de seus maridos. "E os órgãos públicos absorveram grande parte dessas trabalhadoras, já que o concurso não discrimina os candidatos quanto ao sexo", analisa.

No caso dos professores, porém, a relação não é equitativa. São 2.348 homens, representando 64,8% das vagas docentes, enquanto o número de professoras soma 1.276, ou 35,2%. Além de espelhar uma situação comum no mercado de trabalho, o predomínio masculino na carreira docente pode ser explicado por mais um fator, na opinião do sociólogo Vieitez. "O que pode ocorrer é a prioridade dada pelas famílias na formação dos filhos, em detrimento das filhas".

Com relação ao estado civil, técnico-administrativos e docentes se equiparam. Ambos são, na maioria, casados. Somando-se os funcionários casados aos que vivem maritalmente, são 4.551, ou 61,47%. Os docentes que se encaixam nessa categoria são 2.472, isto é, 68,21%. Os servidores solteiros são 2.416 (32,63%) e os viúvos, desquitados e divorciados, juntos, somam 437, ou 5,9%. Os professores solteiros representam 26,52% (961) e os viúvos, desquitados e divorciados são 191 ou 5,27%.

POUCA IDADE

A UNESP pode ser descrita como uma universidade jovem, não só pelo seu tempo de existência — 16 anos — como também pela idade de seus servidores e docentes. A grande concentração de técnico-administrativos está na faixa de 26 a 41 anos, que envolve 4.478 pessoas (60,48%). Um fato que chama a atenção, segundo o professor Vieitez, é a pouca quantidade de pessoas entre 18 e 25 anos — apenas 616. Mesmo assim, o corpo técnico-administrativo, em sua opinião, é bastante jovem. "Isso significa que, nos próximos dez anos, o grupo tem uma possibilidade de desenvolvimento bastante grande".



Servidores e docentes do Instituto de Artes: com o menor número de trabalhadores

Quanto aos docentes, a concentração das faixas etárias é menor, devido à demora na conclusão da carreira acadêmica. O contingente mais elevado de professores tem entre 26 e 53 anos. "Nosso quadro docente também não é envelhecido", analisa Vieitez. "A maioria dos professores não está no topo da carreira e ainda vai render bastante em termos profissionais." Por isso, o sociólogo afirma que a taxa de inativos, tanto em relação aos docentes como aos servidores, apesar de crescente, não tende a aumentar de maneira abrupta nos próximos anos. Atualmente, para 3.624 docentes ativos, a Universidade tem 363 inativos. No caso dos técnico-administrativos, a relação é de 7.404 para 510.

SALÁRIOS E TITULAÇÃO

Os salários da UNESP, segundo o sociólogo Vieitez, estão bons em relação ao mercado. Porém, sua avaliação não é a mesma quando o parâmetro é o padrão de vida e as necessidades profissionais dos trabalhadores. Os dados revelam que 84,08% dos funcionários, ou 6.188, estão ganhando salários que vão até US\$ 750 (cifra baseada nos salários de junho, transformados em dólar pelo valor do dólar-turismo no dia 15 de

junho, que era de Cr\$ 3.330,00). "Se levamos em consideração que a maioria dos servidores está no Interior, onde os salários são mais achatados, a média é muito boa", considera o professor. Esse teto de US\$ 750 entretanto, como lembra Vieitez, está bem abaixo do salário mínimo de um país de vida média, como a Espanha, onde os trabalhadores não recebem menos que US\$ 900 mensais. Acima de US\$ 900, a Universidade possui apenas 717 funcionários (9,74%).

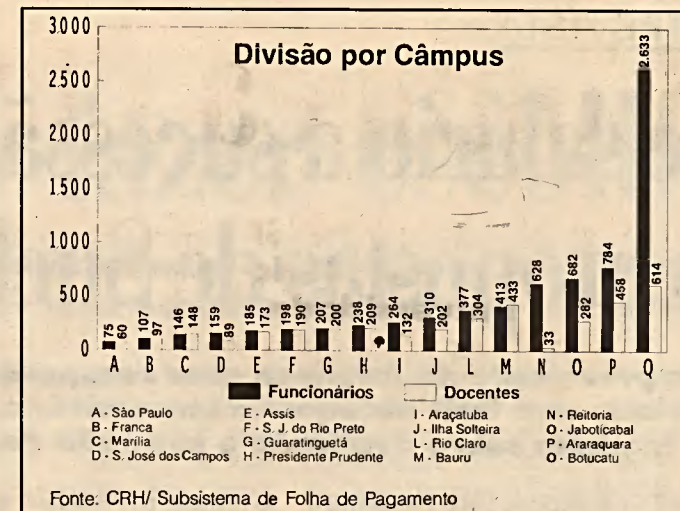
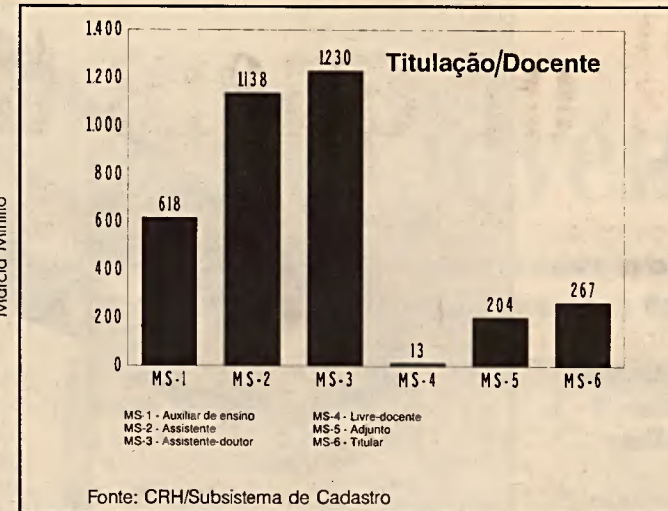
Apoio ao bom desempenho

Mais da metade dos funcionários da UNESP possuem um nível de escolaridade que vai do 2º grau ao superior completo. A qualificação do quadro, considerada boa para os padrões brasileiros, não significa, necessariamente, que os profissionais da Universidade tenham uma ótima performance, de acordo com o ponto de vista da Coordenadoria de Recursos Humanos. À CRH, além de diplomas, interessa um desempenho profissional extremamente afinado com cada função e, para isso, o treinamento é fundamental.

Além de cursos de interesse global ministrados para os servidores de todas as áreas — como o Treinamento em Língua Portuguesa (TLP) —, a CRH deverá implantar, no segundo semestre, uma nova política de aperfeiçoamento profissional. O TLP já beneficiou quase 1.400 servidores em treze campi e, para o segundo semestre, mais 1.350 funcionários serão reciclados. Contudo, a Coordenadoria quer um acompanhamento específico em cada área de trabalho.

"Vamos capacitar o pessoal de RH de cada unidade para que contribua mais ativamente no desenvolvimento dos funcionários", diz o coordenador da CRH, Sérgio Scavacini. Segundo Scavacini, será implantado um sistema de acompanhamento profissional, que contribuirá para o aperfeiçoamento das chefias. "Isso vai permitir que o gerente de cada área tenha condições de identificar as necessidades de treinamento de seus subordinados conforme a realidade local." De acordo com o coordenador da CRH, os funcionários serão incentivados a fazer cursos que realmente os capacitem para uma melhor atuação profissional. A iniciativa, segundo ele, vai ao encontro da filosofia do novo plano de carreiras, ainda sem data para ser implantada. "Os cursos, de maneira geral, dão uma melhor qualificação para o profissional. Mas, pelo novo plano, obterão aumento salarial aqueles que tiverem melhor desempenho prático."

(D.P.)

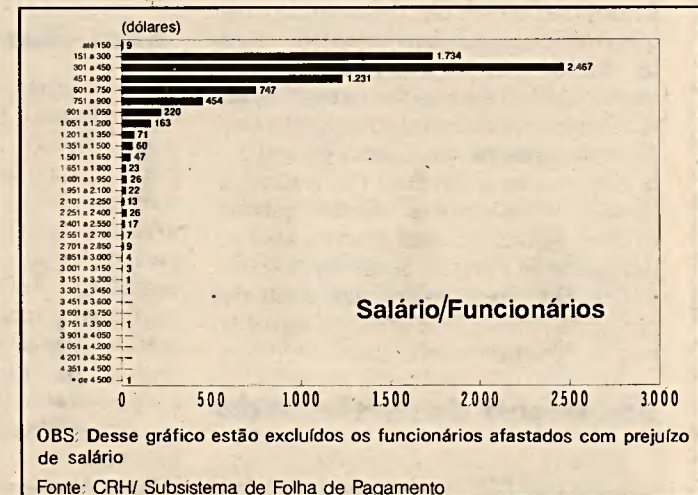
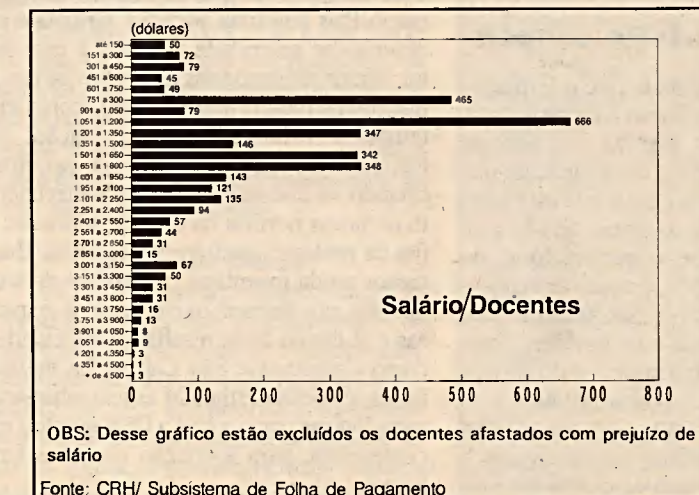
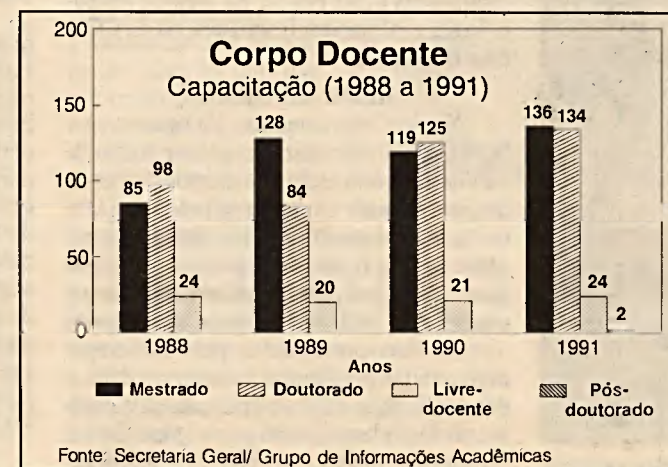
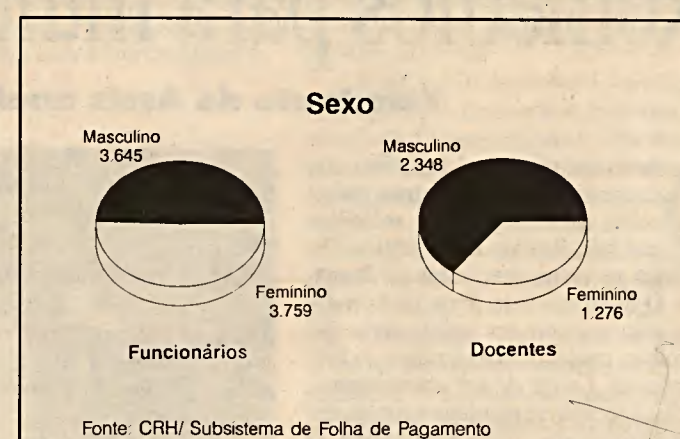
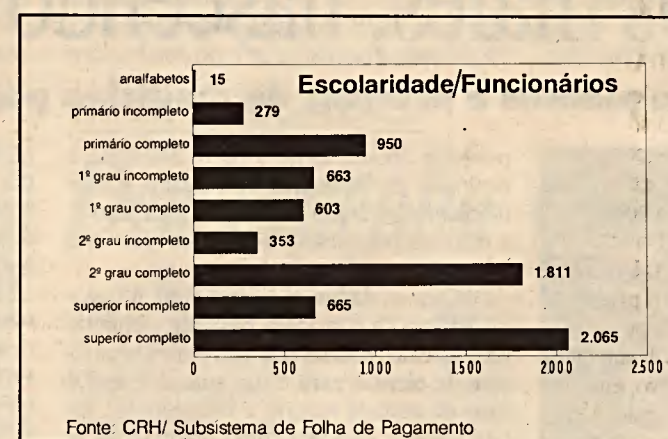
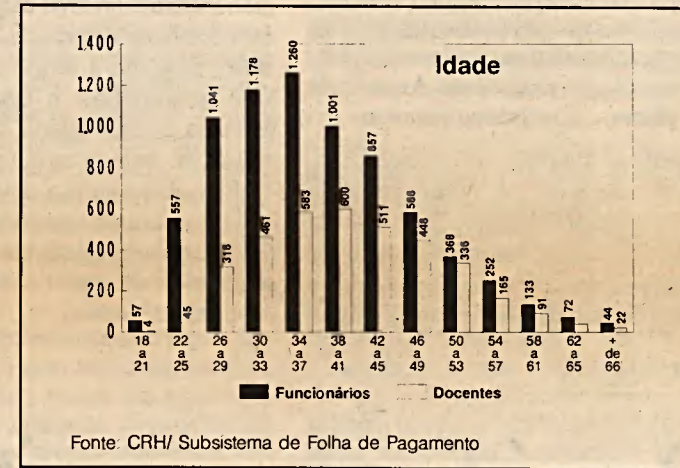


Quanto aos docentes, a maior concentração de profissionais encontra-se na faixa salarial que vai de US\$ 1.051 a US\$ 2.250, correspondente a 2.248 professores (62,79%). Abaixo de US\$ 1.050, estão 859 docentes, ou 23,99%, e acima de US\$ 2.250 recebem 473 docentes, ou seja, 13,21%. "Hoje, considerando a crise no mercado de trabalho e a recessão, o salário está de razoável para bom", diz o professor. "Contudo, está aquém das necessidades específicas da categoria docente, que tem um período longo de formação e que necessita passar a vida inteira se reciclando, comprando livros e participando de cursos e eventos", completa.

Intimamente ligada à questão salarial está a qualificação de funcionários (veja quadro) e docentes. Nesse campo, o professor Vieitez se mostra otimista, ressaltando o elevado nível educacional dos servidores. "O quadro funcional da UNESP está muito bem qualificado", avalia. O professor destaca que 2.730 servidores, ou 36,87%, têm curso superior completo ou incompleto. "Mesmo considerando que possam estar se formando em faculdades particulares, a potencialidade é muito boa." Já os que têm 2º grau completo e incompleto somam 2.164, ou

29,22%. Com 1º grau completo e incompleto há 1.266 servidores (17,09%). Aqueles que têm o antigo primário completo e incompleto somam 1.229, ou 16,59%. Analistas são apenas quinze (0,2%); trabalhadores braçais das fazendas, já beirando a fase de aposentadoria.

Quanto à titulação docente, a UNESP está também num patamar bastante razoável. Os professores que possuem, no mínimo, o título de doutor são 1.714 ou 49,39%, correspondentes aos assistentes-doutores, livre-docentes, adjuntos e titulares. Se a esse número forem acrescidos os 1.138 mestres (professores-assistentes), serão mais de 82% de docentes titulados. "Acredito que esse quadro ainda vá melhorar bastante com a crescente titulação dos docentes", opina Vieitez. Nos últimos anos, a capacitação



ENTREVISTA

De salário a sucessão, as propostas de Sueli

Nova presidente da Adunesp quer recuperar perdas salariais, sem ferir autonomia universitária. Ela fala também sobre avaliação e sucessão do reitor

Sueli Guadalupe de Lima Mendonça é a nova presidente da Associação dos Docentes da UNESP (Adunesp). Há quatro anos na Universidade, Sueli é ligada ao Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Letras do câmpus de Assis. Assim como os demais membros de sua chapa, representa uma nova geração de lideranças na UNESP, que já atuaram nas Associações de Docentes locais. Esses novos representantes dos professores, entretanto, querem dar continuidade à política da gestão anterior da entidade. "A atuação de Lúcia Lodi foi um marco, pois, entre inúmeros outros pontos, consolidou a discussão sobre autonomia universitária e transformou a Adunesp em sindicato", elogia Sueli. A seguir, ela fala de planos e posições da Adunesp.

Autonomia — A questão da autonomia universitária, para Sueli, "é o eixo central da gestão da Adunesp". Segundo ela, a ação da entidade nas campanhas salariais deve ser orientada pelo entendimento correto desse conceito. "Se trabalhássemos numa empre-

sa privada, por exemplo, não teríamos dúvidas de entrar na justiça para o cumprimento do dissídio de maio", destaca ela. "Mas, como a autonomia significa uma co-gestão com a comunidade, a situação se complica, pois o que está em jogo é a sobrevivência da Universidade".

Campanha salarial — "Da campanha deste ano saímos sem nada", avalia Sueli. Ela reclama da postura "de patrões" do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp). "Eles ignoraram nossa data-base, que era maio, e só se pronunciaram no final daquele mês, quando a época de negociação deveria ter sido abril". Segundo a dirigente, além do reajuste insatisfatório, o Cruesp ainda propôs uma política salarial de arrocho, com índices de reajuste menores que a inflação da Fipe. Ela também defende a reformulação da estrutura do Cruesp. "É um absurdo que a Universidade tenha só um representante oficial para discutir questões tão importantes", opina.



Foto: Márcia Múlio

A dirigente: é preciso questionar velhas formas de ação sindical

Mobilização dos professores — Para Sueli, o movimento dos docentes passa por um momento de impasse. "Há um certo clima de individualismo, que demanda o questionamento das velhas formas de ação político-sindical." Uma das saídas, segundo a dirigente, é pensar desde já nas estratégias

futuras, como, por exemplo, para a campanha salarial do próximo ano. "No momento, a questão crucial é saber se entrar na justiça para recuperar o dissídio de maio é uma boa alternativa", assinala.

Avaliação — "É preciso tomar cuidado com a avaliação proposta pelo Governo Federal, que tem como pano de fundo uma campanha de desmoralização das instituições públicas para justificar a privatização", resume Sueli. Ela acha que não se pode falar em produtividade institucional e desempenho docente sem considerar as políticas educacionais e a infra-estrutura existente. "O processo de avaliação deve tentar definir a função social da universidade e os objetivos e metas dos departamentos, faculdades e instituições."

Sucessão do reitor — "A Adunesp entende que

a eleição para reitor deva ser direta", defende Sueli. "Além disso, queremos debates públicos com os candidatos e paridade de votos para professores, alunos e funcionários." Ela acrescenta que se as congregações não decidirem pela consulta à comunidade, a Adunesp vai realizá-la em todos os câmpus.

ALUNOS

Remédios para muitos males, nascendo no quintal

Estudante de Assis analisa plantas e práticas da medicina popular

Depressão, gripe, má-digestão... Para combater esses e outros males, muita gente apela para remédios que não figuram em nenhuma lista das mais recentes conquistas da farmacologia. O meio que boa parte da população usa para garantir sua saúde ainda são flores, folhas, caules, cascas e raízes de inúmeras plantas. Longe de ser um modismo, essa prática secular se mantém vigorosa entre vários grupos da cidade e do campo. O diagnóstico e a receita, no caso, ficam por conta dos "especialistas populares" — curandeiros, benzedeiros e raizeiros.

Tais constatações estão numa pesquisa de iniciação científica realizada por Maria de Fátima Cardoso Batina, estudante do 3º ano de Ciências Biológicas da Faculdade de Ciências e Letras do câmpus de Assis e bolsista da Fapesp. A aluna estuda há um ano a relação da população de um bairro de classe média-baixa de Assis, a Vila Operária, com as plantas e seus conhecedores. Mas a sua investigação vai mais além. Fátima quer organizar um inventário dessas "farmácias de quintal", descrever os efeitos curativos das plantas e preservá-las através de três recursos: um herbário, uma coleção viva e a descrição dos seus ciclos vitais. "A



Maria de Fátima: preservação dos vegetais

pesquisa aborda tanto a parte biológica e ecológica da fitoterapia — a terapia à base de plantas — como a antropológica, isto é, a maneira pela qual o homem se relaciona com estes produtos", esclarece ela.

Com os dados que conseguiu até agora, Fátima se considera bastante estimulada: "As cem pessoas que entrevistei se utilizam de plantas para tratar suas doenças e mais da metade recorre a benzedeiros", relata a aluna, que tem como orientadora as professoras Célia Penço, na área de Antropologia, e Alexandra Rodrigues, na de Ciências Biológicas.

REDE INFORMAL

No seu levantamento, ela apurou que 70% das plantas utilizadas pelos habitantes da Vila Operária estão nos próprios quintais dos moradores e em terrenos próximos. Outro dado interessante é que os moradores conhecem bem o uso, a preparação e a dosagem necessária para crianças e adultos, só procurando médicos em casos mais graves.

As doenças tratadas pela fitoterapia mais citadas pelo grupo foram ansiedade e depressão (que 72% dos pesquisados combatem com plantas), resfriado e gripe (64%), verminose. (56%), problemas digestivos

(52%) e diarreia (44%). As espécies vegetais empregadas, por sua vez, vão dos populares alecrim e camomila, usados contra depressão, até tipos do cerrado, como o pequi, indicado para hipertensão.

Uma parte importante da pesquisa se refere a dois benzedeiros que moram no bairro pesquisado. Um deles, segundo a aluna, sonha com as plantas que devem ser indicadas nos casos mais graves. Nenhum dos dois aceita pagamento. "Eles vêem suas atividades como missão", explica.

Fátima diz vigiar-se constantemente para manter distanciamento em relação ao assunto. Ainda assim, usa e indica chás e xaropes de plantas para a família e se sente bem após benzimentos, através dos quais pôde manter contato com os "especialistas populares". A aluna assegura que precisa de muito jogo de cintura para poder restringir-se ao seu trabalho apenas durante as dezesseis horas semanais previstas e ainda conseguir um bom desempenho nas disciplinas do curso. De qualquer forma, planeja pedir a prorrogação da bolsa. "Agora pretendo estudar a relação da população de uma área rural com as plantas e ainda observar efeitos de algumas delas em ratos", planeja.

Marcelo Burgos

PROFISSÕES

UNESP auxilia jovem fazer escolha

A UNESP lança *Guia de Profissões* e promove encontros de informação profissional em várias cidades do Estado. Tudo isso para auxiliar os jovens a fazer uma escolha acertada de seu futuro

Os jovens que ainda têm dúvidas sobre seu futuro profissional podem contar agora com um aliado: o *Guia de Profissões*, uma revista com 104 páginas que a UNESP está lançando na segunda quinzena de agosto e que traz informações amplas sobre 46 carreiras de nível superior. Essa é mais uma iniciativa da Universidade no sentido de auxiliar quem está prestes a definir seu futuro — estudantes de 2º grau e de cursinhos.

Segundo o editor da publicação, José Roberto Ferreira, da Assessoria de Comunicação e Imprensa, "o *Guia de Profissões* é um desdobramento do tradicional *Guia do Vestibulando*, que a Universidade edita desde 1987, contendo informações sobre os cursos que ela oferece e suas unidades universitárias. No *Guia de Profissões*, são os cursos e carreiras que recebem todo destaque".

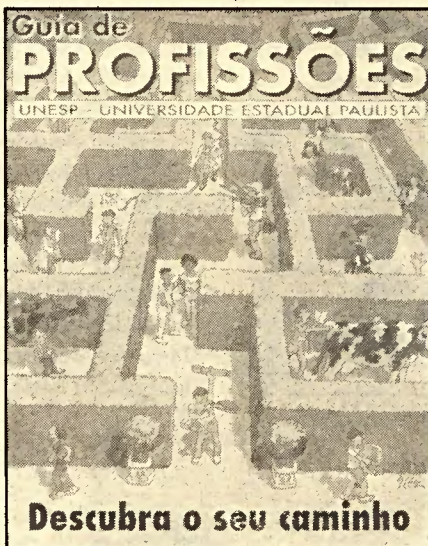
Para cada uma das 46 opções, são dedicadas duas páginas, abrangendo desde o histórico da atividade, como e quando ela começou a ser exercida no Brasil, sua definição, especializações possíveis, importância social, o dia-a-dia do profissional, principais empregadores e até mesmo características pessoais desejáveis para exercê-la. Da mesma forma, são fornecidas informações relativas ao curso na UNESP e depoimentos de ex-alunos que hoje atuam no mercado de trabalho. Há também reportagens sobre a escolha da carreira e as possibilidades de atuação que o recém-formado terá, uma crônica inédita do escritor Ignácio de Loyola Brandão e ainda o humor de Pelicano. "Tudo isso com muitas fotos e ilustrações e numa linguagem adequada ao público jo-

vem", comenta José Roberto. "Ao invés de um manual acadêmico, o *Guia* se configura como uma revista para a juventude que está de olho no futuro." O editor destaca também que o *Guia de Profissões* teve todos os seus custos gráficos cobertos por recursos provenientes da venda de espaço publicitário.

Para o reitor, Paulo Milton Barbosa Landim, a publicação do *Guia de Profissões* reflete a preocupação da Universidade em

oferecer aos jovens informações que os auxiliem a fazer uma escolha acertada. "São iniciativas como essa as responsáveis pelo crescente número de inscritos verificado nos últimos vestibulares, com percentuais inusitados no sistema universitário paulista ou mesmo brasileiro." De acordo com Paulo Landim, nos últimos quatro anos, a procura dos vestibulandos pela Universidade teve aumento de 54,3%. "E dentre os dez cursos do Estado de São Paulo mais concorridos no último vestibular, cinco eram da UNESP, sendo a lista encabeçada pelo curso de Medicina, do campus de Botucatu, também o mais disputado do Brasil", comemora o reitor.

Com uma tiragem de 210 mil exemplares, o *Guia de Profissões* será distribuído



A capa da nova publicação

gratuitamente pelas unidades da UNESP em escolas de 2º grau e cursinhos de suas regiões. Nas demais cidades do Estado, a distribuição ficará a cargo da própria Assessoria de Comunicação e Imprensa

ENCONTROS

Em função de um convênio firmado entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e a Universidade — através da Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Assuntos Comu-

nitários (Proex) — está sendo promovida uma série de encontros de informação profissional para ajudar os alunos de 2º grau a decidir por uma carreira. Nesse ano, já foi realizado um encontro no Senac de Sorocaba, onde participaram 1.200 estudantes, e serão promovidos mais dois eventos, o primeiro entre 25 e 27 de agosto, em Osasco, e o segundo em São Paulo, de 22 a 24 de setembro.

"É uma experiência que deu certo", afirma Fúlvia Maria Pavan Anderlini, assistente técnica da Proex e uma das encarregadas de executar o programa. Ela explica que com essa iniciativa muitos alunos que não conheciam a UNESP passaram a se interessar pelos seus cursos. O Senac, por sua vez, optou pelo trabalho com a Universidade, se-

gundo Fúlvia, por ter muitas de suas unidades localizadas em cidades onde a UNESP possui câmpus. "Nesses encontros eles também divulgam seus cursos técnicos", observa. Nessa parceria, o Senac fornece a infraestrutura e a UNESP seleciona os professores e distribui o material de apoio aos alunos.

Um trabalho semelhante a esse é feito pelo Programa de Informação Profissional da Proex, no qual são visitadas as principais escolas da capital. Só no primeiro semestre, foram ministradas palestras em vinte escolas secundárias para cerca de 2 mil alunos.

INICIATIVA PRÓPRIA

A Faculdade de Ciências e Letras (FCL), câmpus de Assis, também está promovendo, por iniciativa própria, uma atividade semelhante. Trata-se do I Encontro de Informação Profissional, a ser realizado entre agosto e setembro próximos, que pretende oferecer informações sobre cursos, carreiras e perspectivas de mercado de trabalho, fornecendo dados sobre os conteúdos de cursos e processos de escolha que levem o aluno a uma decisão mais segura.

A proposta é levar também a família dos estudantes para participar das discussões, ao mesmo tempo que busca realizar um trabalho integrado com a rede pública de ensino e escolas particulares. "Essa iniciativa é importante porque o jovem normalmente não tem informação sobre as profissões e também porque a família costuma interferir muito na escolha", comenta o professor Francisco Hashimoto, um dos organizadores do encontro, ao lado da professora Wilka Antunes Dias.

A realização do evento foi precedida de uma aplicação de questionários entre 1.010 alunos de 2º grau da cidade, que indicaram quais as áreas que deveriam ser discutidas. Dessa pesquisa, resultou a seguinte programação de palestras, apresentadas sempre às 14 horas: 31/8 — Ciências Biológicas (Medicina, Farmácia e Bioquímica, Odontologia e Fisiologia); 1º/9 — Ciências Biológicas (Medicina Veterinária, Zootecnia, Ciências Biológicas, Nutrição e Fonoaudiologia); 2º/9 — Ciências Humanas (Direito, Publicidade e Jornalismo, Psicologia e Serviço Social); 3º/9 — Ciências Exatas (Engenharia Civil, Elétrica, Mecânica, Química e de Alimentos, além da Engenharia voltada para a produção, mecatrônica, controle e automação); 4º/9 — Ciências Exatas e Humanas (Ciência da Computação e Arquitetura).

No dia 4, às 20 horas, John Boudler, diretor do Instituto de Artes, câmpus de São Paulo, fará uma apresentação com o Grupo de Percussão do IA e falará sobre os cursos oferecidos por sua unidade. O encontro também envolve uma mesa-redonda sobre família e escolha profissional, no dia 27/8, coordenada por Ilda Caruso, vice-diretora da FCL. Entre os dias 31/8 e 4/9, haverá ainda *workshops* sobre as profissões de maior interesse entre os jovens.

ASUNESP

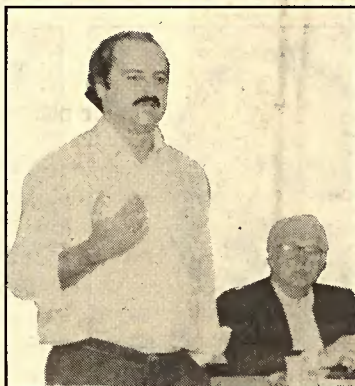
Aniversário com muito bate-bola

Para comemorar seus dez anos de vida, que serão completados no próximo dia 10 de agosto, a Associação dos Funcionários Técnico-Administrativos da UNESP (Asunesp) vai fazer muita gente suar a camisa. A entidade promoverá, nos dias 5, 6 e 7 de setembro, o I Campeonato Inter-UNESP. Serão três modalidades: vôlei feminino e futebol de salão e de campo masculinos que colocarão na quadra e no campo cerca de quinhentos competidores. "Essa promoção é importante porque une o pessoal das várias unidades", afirma Jadimir Jaime de Sousa, presidente da Asunesp. Vão participar dos jogos funcionários dos câmpus de Araraquara, Araçatuba, Assis, Bauru, Botucatu, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José dos Campos, São José do Rio Preto e São Paulo (Reitoria e IA).

UNIVERSIDADES

Desempenho vai a debate

A imposição de modelos de avaliação externos à universidade, que não levam em consideração seus problemas de funcionamento e desenvolvimento, é um dos grandes problemas para a análise do seu desempenho. Esta foi uma das principais conclusões do simpósio "O Desempenho da Universidade Brasileira", realizado no dia 17 de julho último, durante a 44ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A mesa foi coordenada pelo reitor da UNESP Paulo Milton Barbosa Landim e contou com as participações de Eduardo Coelho, presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e Jacques Velloso, da Universidade de Brasília.



Coelho e Landim: dificuldades

Márcia Minillo

Segundo Jacques Velloso, os modelos que o Governo Federal quer impor para avaliação das Universidades Federais — e que darão subsídios para financiamentos — pressupõem que elas possam funcionar de maneira eficiente. "Isso não corresponde à realidade, seja por questões orçamentárias ou administrativas." Para Eduardo Coelho, outros fatores que dificultam a avaliação são

a burocracia e a circulação deficiente de informações acadêmicas. O professor Landim afirmou que as universidades estaduais paulistas dispõem de autonomia, o que permite uma maior mobilidade no orçamento. "Porém, a falta de projetos é geral, pois todas as universidades estão atuando numa situação de sobrevivência."

Primeiros passos na pesquisa

Mais alunos no IV Congresso de Iniciação Científica

Já são mais de mil os trabalhos inscritos para o IV Congresso de Iniciação Científica, que acontece de 27 a 29 de agosto no campus de Araçatuba. O evento, único do gênero no País, tem como objetivo divulgar a produção científica dos estudantes de graduação e permitir que eles troquem experiências com colegas de toda a Unesp. "O Congresso já atua como um estímulo para os alunos fazerem pesquisa", ressalta o professor Antônio Cesar Peri de Carvalho, pró-reitor de Graduação. Ele lembra que tanto o número de participantes — por enquanto cerca de 1.400 — como o de trabalhos aumentaram cerca de 40% em relação ao ano passado. O índice ganha mais relevância se for considerada a distância do campus de Araçatuba em relação aos demais. "Apesar de



Preparação: inscritos cresceram 40%

Márcia Minillo

recente, já se pode falar em uma tradição do evento", completa o pró-reitor.

Os alunos exporão suas pesquisas através de painéis e apresentações orais. Será mantida este ano a premiação em dinheiro dos melhores trabalhos, desde que já estejam concluídos. Além disso, haverá simpósios e palestras voltados para todas as áreas. Segundo o presidente da comissão organizadora, Tetsuo Okamoto, do Departamento de Diagnóstico e Cirurgia da FO, as inscrições também poderão ser feitas no dia da abertura do evento, mas sem garantia de alojamento. Maiores informações sobre o Congresso podem ser obtidas pelo telefone (0186) 23-2120, ramais 125, 126, 136 e 171.

MÚSICA

Em São Paulo, vários eventos

Jovens compositores, arranjadores e intérpretes mais uma vez terão oportunidade de mostrar o que sabem. Durante os dias 19 e 20 de agosto, das 12h às 14h, o Departamento de Música do Instituto de Artes vai realizar o 8º Concurso Ritmo e Som, aberto a candidatos de todo o Brasil. Maria de Lourdes Sekeff, chefe do Departamento de Música, diz que o evento será aberto a todas as modalidades, de instrumento a voz, de solistas a grupos camerísticos. De acordo com a professora, os autores selecionados em composição e regência se encarregarão de indicar quem interpretará suas obras. "Esses intérpretes também serão julgados e premiados", acrescenta. Da banca examinadora participam os compositores Osvaldo Lacerda (Fac. Sta. Marcelina), Eduardo Seicman (USP) e Edson Sekeff Zampronha (UNESP), o violinista e regente Ayrton Pinto (UNESP) e a pianista Vera Astrachan (UFRJ).

Organista

Com um currículo que inclui apresentações em países como Estados Unidos, Alemanha e Itália, o organista israelense Shimon Rukman estará em São Paulo para fazer recitais, palestras e cursos, entre os próximos dias 16 e 20. A vinda do organista foi patrocinada pela Fundação Vitae e organizada por duas alunas do Instituto de Artes (IA), campus de São Paulo: Miriam Carpinetti (da pós-graduação) e Andréa Ferreira (da graduação). No IA, o músico dará três palestras: a primeira no dia 18, às 14h, sobre estilo e h, sobre ornamentação no cravo bem temperado de Bach. Também no dia 18, às 17h, ele fará um recital de órgão no IA, com obras de Bach, Cernohorsky, Buxtehude e Böhm.

Suzuki

Aluno de Composição e Regência do Instituto de Artes (IA), Luiz Carlos Penha fará, no próximo dia 25 de agosto, às 16h, uma apresentação do método Suzuki para diversos instrumentos musicais. O método Suzuki se destina ao ensino musical para crianças a partir dos três anos de idade.

Outra mostra do método será feita por Luiz Carlos durante o IV Congresso de Iniciação Científica da UNESP (veja notícia nesta página).

POSSE I

Marília muda de direção

A Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) de Marília tem nova diretoria. No dia 14 de julho foram empossados, na Reitoria, os professores Cândido Giraldez Vieitez e Maria Izabel Leme Faleiros, que vão ocupar, respectivamente, os cargos de diretor e vice-diretora da unidade. Na cerimônia, o novo diretor disse que pretende fazer uma gestão democrática, com a participação de professores e alunos, e fortalecer as áreas de docência, pesquisa e extensão universitária. "Nossa intenção é também trazer professores renomados no País para dar cursos na unidade e incentivar o intercâmbio com docentes de universidades estrangeiras", ressaltou o professor Cândido.

POSSE II

Nova diretoria assume IA

Com a presença de diversos professores e funcionários, a nova diretoria do Instituto de Artes (IA), campus de São Paulo, tomou posse no último dia 16 de julho, na Reitoria. A chapa vencedora das eleições no IA é composta por John Boudler (diretor) e Regina Coeli Guedes (vice-diretora). Segundo Boudler, o principal objetivo da nova direção é alimentar as discussões e ouvir as críticas de alunos, docentes e funcionários. "Quero que todos atuem como ombudsmen, defendendo o melhor funcionamento do Institu-



Boudler e Regina: abertos às discussões com a comunidade

to", disse. A vice Regina apontou a necessidade de reformas no prédio da escola. "Estamos crescendo e precisamos de infra-estrutura para isso", completou. Boudler e Regina também assinalam que pretendem estimular a divulgação das atividades do IA.

Uma educação pela liberdade

Nascida dos ideais anarquistas, a Educação Libertária foi um movimento pedagógico que teve seus momentos mais marcantes na Europa do século XIX e se espalhou pelo Brasil nas primeiras décadas do século XX. Para discutir a pedagogia libertária, será promovido, na Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), campus de Marília, entre os dias 13 e 14 e 27 e 28 de agosto, o ciclo de debates "Professora Zilda Feres: os libertários e a educação". "Pretendemos discutir essa pedagogia no contexto em que ela surgiu e também sua influência sobre fenômenos como o Modernismo brasileiro", justifica Sônia Marrach, do Departamento de Administração e Supervisão Escolar. Além desse Departamento, o evento está sendo organizado pelo Grupo de Educação Popular e núcleos de ensino e pesquisa da FFC.

No dia 13, às 19h30, acontecerão as palestras "Os grandes libertários", dada por Maurício Tragtenberg, da Unicamp, e "As universidades livres", de Jaime Cuberos, do Centro de Cultura Social de São Paulo. O professor Sérgio Norte, da UNESP de Assis, no dia 14 às 14h, falará sobre o tema "Signos da utopia: poesia e contos libertários". No mesmo dia, às 19h30, Flávio Luizeto, da UFSCar, abordará "A concepção libertária da educação", enquanto Marinice Fortunato, da PUC/SP, analisará "As escolas livres". Francisco Foot Hardman, da Unicamp, falará sobre "A presença do movimento operário nas raízes do Modernismo", no dia 27 às 19h30, e no dia 28, também às 19h30, Fernando Prestes Mota, da USP e FGV, dará a palestra "Contra o poder".

GUARATINGUETÁ

O lixo vai ter um bom destino

Um convênio entre a Faculdade de Engenharia do campus de Guaratinguetá (FEG) e a prefeitura do município está dando origem a um consórcio para reciclagem de lixo que envolverá sete cidades da região. O projeto conta com o apoio do governo alemão que, entre outras despesas, patrocinou a vinda do engenheiro Guenther Wehenponl ao País durante o mês de julho. Numa primeira etapa, ele fez um levantamento sobre a situação do lixo nas localidades que participarão do consórcio, além de Guaratinguetá, Aparecida do Norte, Roveira, Cunha, Lorena, Piquete e Cachoeira Paulista. Herman Voorwald, diretor da FEG, calcula que cerca de 400 mil pessoas vivam na área a ser atendida pelo projeto: "Se cada pessoa produzir 1 kg de lixo por dia, teremos 400 toneladas, o que representa um desafio para as autoridades", enfatiza.

Na segunda etapa de sua visita, o engenheiro alemão se reuniu, entre os dias 22 e 24 de julho, com representantes dos sete municípios, para discutir a questão do lixo. No dia 30, ele deu uma palestra no auditório da FEG, com a presença de vereadores de Guaratinguetá e técnicos. O professor Herman adianta que, nos próximos meses, novos técnicos virão a São Paulo, para analisar e discutir a melhor solução para a região. "Precisamos decidir ainda se, por exemplo, teremos um aterro sanitário para cada cidade ou então uma usina de incineração", comenta.

Fotos: Hélio Toth

Uma agropecuária aberta para o mundo

Propostas para que o setor rural do País se internacionalize

Roberto Rodrigues

Estamos assistindo, cada vez mais, frequentes e ruidosas manifestações de agricultores europeus contra as mudanças na Política Agrícola Comunitária. A redução do protecionismo embutida nestas mudanças é uma clara ameaça à sobrevivência econômica desses produtores, e significa uma perspectiva muito forte de diminuição da produção agrícola europeia.

Por outro lado, a idade média dos agricultores europeus — bem como a dos japoneses — de há muito superou a marca dos 50 anos. Não há renovação, e nem mesmo programas subsidiados de crédito visando à fixação de jovens ao campo dão resultados expressivos.

Que significado teriam estas informações para o setor rural do Terceiro Mundo em geral e do Brasil em particular? É certo que se abrem, ao menos potencialmente, mercados externos para nossa produção.

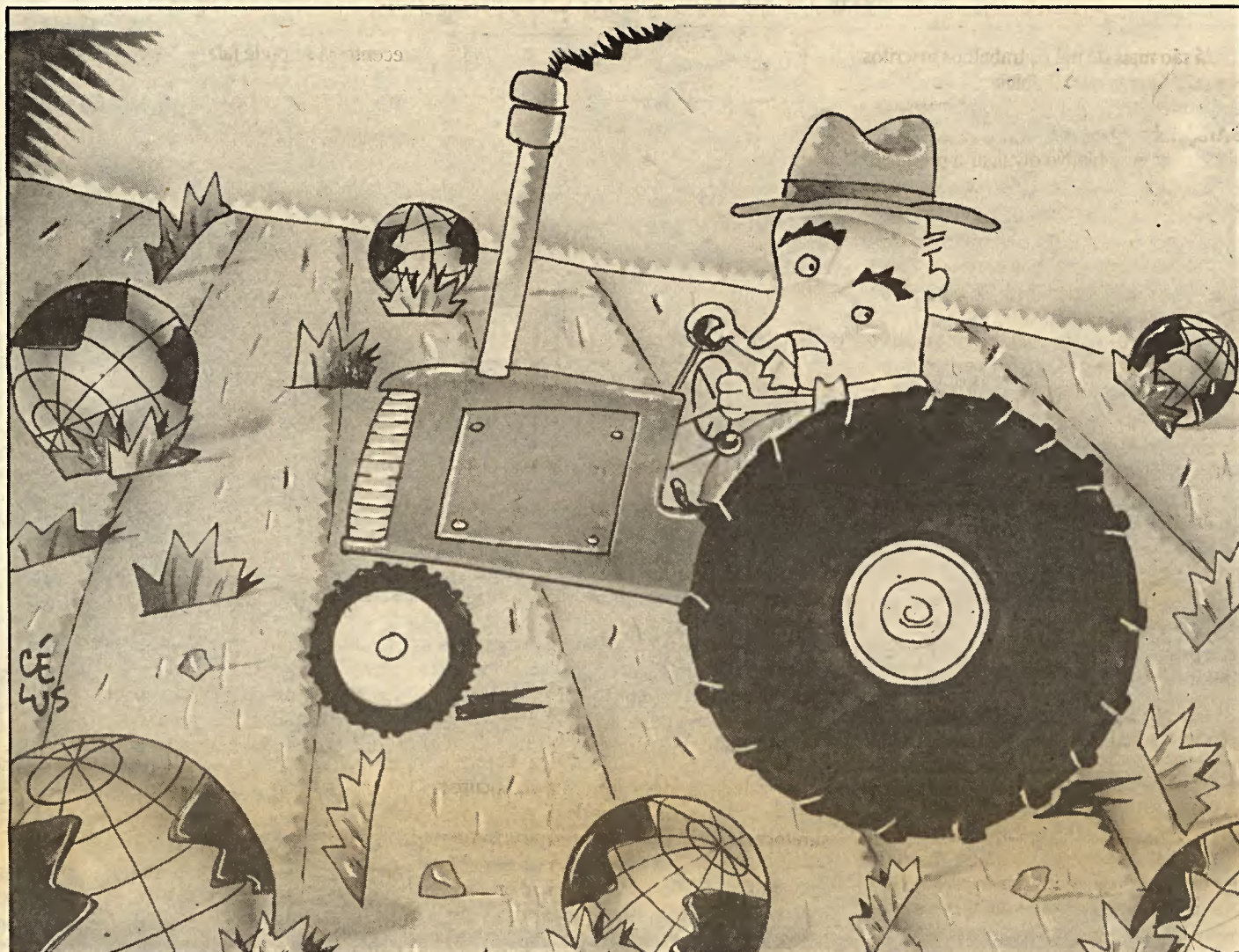
Tal horizonte se reforça com outros elementos críticos: a questão ambiental, por exemplo, é um fator limitante da expansão da produção rural no Primeiro Mundo: cada vez mais se condena aí o uso de insumos modernos (fertilizantes e defensivos) e a atividade pecuária intensiva, poluidora dos lençóis de água subterrâneos. Mas nenhum motivo é mais estimulante para se crer no futuro da atividade rural no Brasil do que a explosão demográfica mundial. Somos quase 6 bilhões de habitantes no planeta e seremos 10 bilhões antes de 2020.

Portanto, se os sinais atuais indicam redução da oferta de produtos agrícolas nos países do Primeiro Mundo e um aumento da sua demanda em função do crescimento populacional, fica evidente a chance da internacionalização da agricultura do Brasil.

Isto não se fará apenas porque o desejamos. Muitos países e povos estão de olho nestes mercados potenciais. Os países do Leste Europeu estão recebendo investimentos gigantescos para se tornarem grandes produtores de alimentos. A China também se movimenta neste sentido, e são igualmente agressivas as políticas de internacionalização de países latino-americanos, como Argentina, México e Colômbia. E nós? Nós estamos exportando por ano 50 milhões de dólares de frutas, enquanto o Chile exporta 1 bilhão!

Inúmeras causas vêm obstruindo o desenvolvimento agropecuário no País e, se não forem removidas, não nos permitirão tomar o trem da história que já vem apitando na curva. Assim, é mister remover os entulhos ainda existentes na política agrícola. Desse modo, deve-se prestar atenção aos seguintes aspectos:

— **Tecnologia:** sem pesquisa e extensão rural não há como alavancar o desenvolvimento. E, infelizmente, nossas instituições da área (Embrapa, Agrônomo de Campinas, Biológico), não receberam, nos anos passados, atenção indispensável à sua manutenção. É inútil esperar que o Estado resolva



isso sozinho. Os agricultores precisam investir em tecnologia e pagar por ela para avançarem. Uma das idéias hoje discutidas é a montagem de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico, composto por um pequeno percentual a ser agregado ao custo dos insumos modernos. Com tais recursos, geridos por um conselho técnico formado por representantes privados e acadêmicos, seriam financiados projetos de desenvolvimento tecnológico de interesse objetivo junto aos organismos de pesquisa. Ainda na área de tecnologia, deve-se investir na formação de recursos humanos para o campo em todos os níveis, desde gerencial até a mão-de-obra especializada, e esse é um papel que deve ser jogado em dupla pelo setor privado e pelo Estado.

— **Infra-estrutura:** a nova legislação portuária é um começo para a revisão da infra-estrutura de suporte ao comércio exterior. Também devem ser revistos os sistemas de armazenagem e de transportes e, em ambos, cabe ao Estado o papel de financiador e coordenador de projetos a serem desenvolvidos pela iniciativa privada.

— **Questões econômico-financeiras:** as questões ligadas ao crédito rural, à política de preços mínimos, à tributação no campo e ao seguro agrícola são básicas para a definição da renda dos agricultores e, de maneira geral, estão envelhecidas e superadas. A questão tributária, tratada à parte pelo

projeto da reforma fiscal que se debate no Congresso Nacional, tem que ser acoplada às discussões do Mercosul. Sem harmonização da política tributária e fiscal não há possibilidade de se implantar o almejado mercado do Cone Sul.

Aliás, também as políticas de crédito e de preço demandam harmonização para ajustes da integração, mas neste caso o papel do setor privado é mais destacado. Já é tempo da montagem de instrumentos creditícios e securitários pertencentes aos agricultores, notadamente a suas cooperativas, como é o caso do Banco de Crédito Cooperativo, inteiramente privado.

É, portanto, alentado o desafio de reformas nas políticas agrícolas. E tal desafio só será vencido se o setor privado tiver capacidade de se organizar adequadamente, seja para exercer com legitimidade o lobby indispensável sobre as forças do Executivo e do Legislativo, seja para se relacionar com os demais setores da sociedade, seja para assumir responsabilidades operacionais nos vácuos surgidos com a falência do Estado.

E aqui reside a questão fundamental. Qual é a organização necessária? Que modelo se deve perseguir? A resposta a estas perguntas pode ser obtida com a observação do ocorrido em 91, quando a safra agrícola do País foi ridiculamente pequena. Neste ano, a renda rural caiu exageradamente, os agricultores reduziram a compra de fer-

tilizantes, sementes, tratores, veículos e equipamentos agrícolas, corretivos, defensivos, além de tomarem menos crédito.

Com isto, todo o setor produtor de insumos e serviços "antes da porteira da fazenda", passou por terríveis dificuldades econômicas. Por outro lado, a escassez levou à necessidade de importação de milhares de toneladas de grãos para suprir a indústria de alimentos. Isto custou caro ao País, realimentou a inflação e tomou a maior parte do salário da população de baixa renda. Em síntese: o desastre agrícola afetou todo mundo.

Daí se infere o modelo para a organização: não é possível imaginar, hoje em dia, nenhum dos segmentos envolvidos na cadeia de produção (que começa na prancheta do pesquisador e termina no bolso do consumidor), ausente da discussão sobre política agrícola.

Com esta força seria possível recompor o instrumental de política agrícola de forma a viabilizar a internacionalização da nossa agricultura, o que será o carimbo do nosso passaporte para o Primeiro Mundo.

Roberto Rodrigues é engenheiro agrônomo, presidente da Eximcoop S/A Exportadora e Importadora de Cooperativas Brasileiras, professor da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, câmpus de Jaboticabal, e representa a Agricultura no Conselho Monetário Nacional.

Amor e trabalho casados

Marido e mulher podem trabalhar juntos? O exemplo de vários casais da UNESP mostra que, em certos casos, isso até estimula a vida a dois

Quando os professores Mário e Edy de Lello Montenegro resolveram se casar, no final da década de 60, tiveram que superar vários obstáculos. Ambos já trabalhavam como docentes, porém Mário era desquitado e, por causa das leis da época, eles foram obrigados a oficializar o matrimônio no Consulado da Bolívia. Em 1979, assim que foi aprovado o divórcio no Brasil, o casal decidiu legalizar sua união. Organizaram então um almoço em casa e convidaram um grupo de professores do Instituto de Biociências (IB) de Botucatu que haviam participado do concurso de livre-docência prestado por Edy. Durante a refeição, os convidados foram surpreendidos com a chegada do juiz de paz, anunciada pela marcha nupcial tocada ao piano pela filha Renata, que tinha nove anos. Ali mesmo foi improvisada a cerimônia. "Sem serem avisados, os professores acabaram como nossos padrinhos de casamento", lembra Edy.

Hoje, o casal Montenegro continua no câmpus de Botucatu, ele na Faculdade de Medicina (FM) e ela no IB e sua história de final bem-humorado mostra que as relações amorosas também ocupam seu espaço na Universidade. Como qualquer ambiente profissional, o meio universitário permite um contato constante entre professores, funcionários e alunos. Assim, muitas vezes, das tarefas ligadas ao estudo e à pesquisa surgem amizades — e amores, que terminam por se oficializar e até gerar novas famílias. O convívio no mesmo local apresenta suas dificuldades, mas os exemplos freqüentes desmentem aqueles que dizem que amor e trabalho na Universidade não formam um bom par (*ver quadro nesta página*).

TAREFA DIVIDIDA

No momento em que nasceram os dois filhos, o casal Paulo Milton Barbosa Landim e Carminda da Cruz Landim tiveram que reestruturar seu dia-a-dia. Para não se afastar de suas atividades, Carminda preferiu não tirar a licença-maternidade e contou com o apoio do marido. Resultado: dependendo da situação, o professor Landim levava as crianças a tiracolo para o Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) de Rio Claro, onde era professor de Geologia. Ou, então, Carminda ia com elas para as aulas de Biologia, que dava no Instituto de Biociências.

Casados há 31 anos, desde 1976 eles trabalham juntos na UNESP. Os temperamentos distintos e a independência existente entre os dois nunca provocaram crises conjugais. O mesmo não se pode dizer quando o assunto é a Universidade, que se torna pauta de discussões na família. "E também é responsável por algumas brigas", revela o professor Landim. Nas reuniões do Conselho Universitário, em que participava quando era diretora do IB, Carminda lembra que o fato de ser mulher do reitor nunca a im-



Casal Landim: carreiras respeitadas e tarefas divididas

pediu de divergir dele. Aliás, a professora também nunca recebeu atenção diferenciada por isso. "Sempre procurei tratá-la na UNESP como docente ou diretora", observa o professor Landim.

"CASAL ÚNICO"

Fernando Brochado começou a dar aula de ginástica para Mônica quando ela tinha apenas nove anos. Aos dezessete, ela resolveu se casar com o professor, que era dez anos mais velho do que ela, e optou pela mesma profissão. Depois de dar aulas em diversos clubes e colégios de São Paulo, eles se mudaram para Rio Claro, onde trabalham juntos no Departamento de Educação Física do IB. Não só convivem no mesmo departamento como dividem a mesma quadra. "Somos um casal único dentro da Universidade", comenta Fernando. "Estamos juntos o tempo todo."

Fernando e Mônica não se incomodam em passar o dia inteiro num ginásio de esportes, dando aulas de ginástica geral e artística e trampolim acrobático. Fernando até acha estranho quando alguém diz o contrário. "Temos muitas afinidades e trabalhar no mesmo lugar significa um grande prazer."

Muitas vezes, quando um deles precisa ir ao Exterior para participar de uma competição, o outro cobre as aulas que o parceiro daria. "Assim, ficamos mais à vontade para marcar viagens para disputas", afirma Mônica.

Se há casais que acham ótima a convivência em tempo integral, para outros é importante manter uma certa discrição no emprego. Rosângela Rodrigues de Moraes e Rogério Luiz Buccelli, assistentes técnicos da Reitoria e casados há dois anos, preferem almoçar juntos só de vez em quando. "É fundamental um respeitar o espaço do outro", diz ela. Antes de se casar, Rogério não acreditava que a união entre duas pessoas que dividem o mesmo ambiente de trabalho pudesse dar certo. "Mas isso é apenas um mito", declara ele.

ALVOS DE PIADAS

A união entre casais de professores e funcionários pode não causar estranheza no meio universitário. Mas o romance entre alunos e professores costuma render muito fofalório nos corredores. A professora Maria Angélica Falleiros Martins, da Faculdade de



Fernando e Mônica: juntos durante 24 horas

Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC), câmpus de Bauru, não ficou livre de gozações. Ela se casou com um dos seus alunos do curso de Jornalismo, Luís Henrique Falleiros Martins, cinco anos mais novo do que ela. "Todos brincavam comigo e diziam que tinha ajudado o Luís a passar de ano", comenta.

Segundo Luís, Maria Angélica foi a professora que lhe deu a primeira aula no curso. Mas não foi amor à primeira vista. Nessa época, ele garante que os dois não flertavam. Só em 1989, quando o estudante estava no segundo ano e ela não era mais sua professora, os dois começaram a namorar. Em dois anos se casaram. "Mesmo assim, os amigos não perdoavam e ainda faziam piadinhas", conta Luís, que se formou no ano passado e trabalha hoje como discotecário da Rádio UNESP. Como seu serviço é em meio período, Luís se encarrega da maior parte das tarefas da casa.

No entanto, a colaboração do marido com sua mulher às vezes vai muito além da divisão de obrigações domésticas. Mário Montenegro recorda que já chegou a largar o trabalho no Brasil, para acompanhar Edy num curso de pós-doutorado que ela fez nos Estados Unidos. Como era professor na área médica, conseguiu uma vaga no hospital da Faculdade de Medicina da cidade de Chapel-Hill, na Carolina do Norte. Hoje, depois de 25 anos de relacionamento, o professor vê de forma muito positiva essa e outras experiências que passou ao lado de Edy: "O casamento representou um incentivo profissional em nossas vidas", avalia.

Tânia Belickas

Relação deve ser madura

De acordo com o professor Cláudio Edward dos Reis, do Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho da Faculdade de Ciências e Letras (FCL), câmpus de Assis, o trabalho pode contribuir para o fortalecimento do casamento. Mas ele faz uma advertência. "Isso ocorre desde que haja maturidade e equilíbrio entre o casal."

Nesse caso, o psicólogo afirma que o parceiro pode contar com um ombro amigo, para ajudar a resolver as questões do serviço. "A aproximação e a convivência favorecem a solução dos problemas." Reis

explica que, quando a competição profissional é maior do que o companheirismo, nem o casamento consegue sobreviver. "Mas, na maior parte dos casos, as relações são saudáveis."

Na UNESP, Reis afirma que os casamentos acontecem de forma mais acentuada que em outras instituições. Segundo ele, no interior os encontros são mais freqüentes e, como o mercado de trabalho não oferece muitas opções, aqueles que se formam voltam para atuar na Universidade. "Nessas circunstâncias, as chances de relacionamentos e uniões são muito maiores." (T.B.)

